

# DECRETO Nº 21.494 DE 04 DE JULHO DE 2022

(Publicado no Diário Oficial de 05/07/2022)

Ver publicação no DOE de 06/07/2022, que retificou o ano da Lei nº 7.014 de dezembro de 1996.

Alterado pelo Decreto nº 21.796/22.

**Dispõe sobre a alíquota do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS incidente nas operações com combustíveis e energia elétrica e nas prestações de serviços de comunicação, nos termos da Lei Complementar Federal nº 194, de 23 de junho de 2022, e dá outras providências.**

**GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA**, no uso da atribuição que lhe é conferida pelo inciso V do art. 105 da Constituição Estadual e tendo em vista a Lei Complementar Federal nº 194, de 23 de junho de 2022,

## DECRETA

**Art. 1º** Revogado.

**Nota:** O art. 1º foi revogado pelo Decreto nº 21.796, de 23/12/22, DOE de 24/12/22, efeitos a partir de 01/01/23.

**Redação originária, efeitos até 31/12/2022:**

*“Art. 1º Nos termos da Lei Complementar Federal nº 194, de 23 de junho de 2022, que estabelece patamar na aplicação da alíquota do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS sobre as operações com combustíveis e energia elétrica e nas prestações de serviço de comunicações, em caráter excepcional e extraordinário, o ICMS sobre as operações e prestações internas a seguir indicadas ficam tributadas pela alíquota prevista no inciso I do art. 15 da Lei nº 7.014, de 04 de dezembro de 1996, caso não sobrevenha eventual modificação em decisão pelo Supremo Tribunal Federal:*

*I - operações com energia elétrica e combustíveis;*

*II - prestações de serviços de comunicação.*

*Parágrafo único. Não se aplica o acréscimo de dois pontos percentuais, vinculado ao Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza - FUNCEP, instituído pela Lei nº 7.988, de 21 de dezembro de 2001, às alíquotas incidentes nas operações e prestações indicadas no caput deste artigo.”*

**Art. 2º** O Decreto nº 13.780, de 16 de março de 2012, que regulamenta o ICMS, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 267. ....

.....

XIII - nas prestações internas de serviços de comunicação, de forma que a carga tributária seja correspondente a 14% (catorze por cento), desde que o contribuinte, cumulativamente, atenda às seguintes condições (Conv. ICMS 19/18):

.....” (NR)

“Art. 268. ....

.....

XVII - das operações com energia elétrica, de forma que a carga tributária corresponda a 15,08%, quando destinada:

- a) às classes de consumo industrial e rural;
- b) à atividade hoteleira, excetuada a atividade de motel;
- c) à atividade de atendimento hospitalar;
- .....” (NR)

**Art. 3º** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 23 de junho de 2022.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, em 04 de julho de 2022.

**RUI COSTA**  
Governador

Carlos Mello  
Secretário da Casa Civil em exercício

Manoel Vitorio da Silva Filho  
Secretário da Fazenda